



Assembleias estudantis: quando meninos e meninas reivindicam a escola como espaço de formação humana

Andressa Garcia Pinheiro de Oliveira

Licenciada em História pela UEPG, Mestre e Doutora em Educação pela UFPR.

Atualmente, professora na Escola Municipal Maria Clara Tesserolli.

Na ocasião da produção do artigo, lecionava na Escola Municipal Papa João XXIII.

E-mail: profandressagarcia@hotmail.com

RESUMO

Esse texto é um relato de experiência sobre a construção e resultados de assembleias estudantis realizadas com estudantes do ensino fundamental II. Experiência que traz evidências que divergem de ideias que vem ganhando espaço em nossa sociedade, como através do movimento Escola Sem Partido. Demonstra que o ato de ensinar sempre educa, e que há reconhecimento e reivindicação de meninos e meninas sobre o papel formativo que a escola possui. Compartilha com a intenção de que ele inspire nossas lutas por condições de trabalho, autonomia docente, que nos permitam continuar a realizar a construção de práticas preocupadas com a formação humana, sem que isso precise ser visto como algo excepcional ou ato de heroísmo.

Palavras-chave: assembleias estudantis; direitos humanos; educação; formação humana.

Sou professora regente do grêmio estudantil da escola em que leciono, que conta com uma equipe de meninos e meninas entre 12 e 15 anos. Durante nossos encontros, pesquisamos e debatemos sobre os diferentes significados atribuídos à educação, à escola e ao papel da representação estudantil. Um dos objetivos foi desenvolver estratégias que fomentassem o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação à escola, e que isso lhes fizesse exercer o direito de participar da construção desse espaço.

Buscamos então conhecer o funcionamento de assembleias estudantis, pesquisamos sobre o assunto, assistimos e debatemos vídeos que abordavam a temática. A primeira assembleia entre representantes de turma e o grêmio ocorreu durante o recreio, ou seja, não havia obrigatoriedade na participação. Mesmo assim, representantes de todas as turmas compareceram. Esse foi o primeiro resultado positivo. O grêmio tratou, naquele breve espaço de tempo, sobre o que era a representação estudantil, sobre o funcionamento de assembleias, como elas poderiam ser aplicadas em cada turma e da importância desse diálogo para a participação dos estudantes na construção da escola que eles almejam.

Entre a primeira e a segunda assembleia vieram as cobranças, outro resultado positivo. As assembleias de turma estavam sendo realizadas, as demandas estavam sendo registradas pelos representantes, assim como a reivindicação por um novo

encontro com o grêmio.

Durante a segunda reunião, mais uma vez, todos os representantes estavam presentes. As demandas não tratavam de ampliação do horário do recreio ou criação de pista de skate. Uma das primeiras falas foi de um menino de 12 anos, levantando o bullying como problema a ser enfrentado. Uma fala que transbordava empatia, solidariedade e vontade de fazer a diferença.

Essa fala foi reforçada por outros estudantes, que relataram a preocupação que tinham com colegas que enfrentavam a depressão e mutilavam-se. Não apenas citaram casos, mas apresentaram medidas que já estavam tomando e discutiram propostas a serem tomadas. Na votação sobre atividades desenvolvidas pelo grêmio durante o recreio, foi unânime a necessidade de “rodas de conversa” nas quintas-feiras.

Os temas abordados pelas crianças para as rodas de conversa? O primeiro, foi a necessidade de discutir sobre feminismo, alegando e argumentando sobre o machismo no ambiente escolar. Em seguida, pautaram como temas o racismo e a homofobia. Na apresentação de cada uma das propostas, davam exemplos sobre como tais problemas eram vividos na escola, fundamentando a argumentação sobre a necessidade desses temas serem abordados. Foi emocionante.

Cabe lembrar que temos na escola a Comissão Estudantil de Direitos Humanos, que acontece duas vezes na semana durante os recreios, teve início em 2016 e continuou por reivindicação dos meninos e meninas. Crianças e adolescentes que participam durante o recreio, voluntariamente, de debates sobre direitos humanos. Mas eles querem mais. Vejam bem, são crianças e adolescentes entre 11 e 15 anos que estão preocupados com a saúde mental dos colegas, com preconceitos e processos de desumanização e que acreditam que a escola é o espaço para que esses debates aconteçam, que acreditam na escola como espaço importante de formação.



Educação é sempre um processo formativo. Engana-se quem pensa que é possível limitá-la ao ensino de conteúdos e isso está dissociado de educar.

A escolha dos conteúdos, dos processos de aprendizagem, a relação que é estabelecida entre os sujeitos, o exercício do direito de se expressar e de

participar da construção da escola, o acesso ao conhecimento científico, sempre educam em alguma direção, inclusive quando tentam eximir a escola desses debates.

Em tempos de “Escola Sem Partido”, de presidente que veta a possibilidade de termos assistentes sociais e psicólogos nas escolas, de defesa de ensino a distância na educação básica, de precarização das condições do trabalho docente, de imposição de currículos pautados na Base Nacional Comum Curricular e retirada da autonomia docente, as experiências de construção de assembleias estudantis dão ainda mais certeza de que o caminho que deveria ser tomado é outro, alimentam a esperança nas próximas gerações e proporcionam ainda mais garra para lutar por elas.

As falas dessas crianças são também resulta-

do de trabalhos incríveis realizados por docentes da rede municipal. Professoras e professores que lutam para exercer sua intelectualidade e autonomia em prol de uma educação pública, de qualidade, gratuita e socialmente referenciada. Não tem sido fácil manter trabalhos de tamanha qualidade, quando a falta de condições estruturais e de plano de carreira nos obriga a buscar cada vez mais aulas para conseguir uma remuneração digna. Esvaem o tempo e a saúde mental que poderíamos empregar em nosso trabalho. Não queremos ser heróis/heróinas, queremos condições dignas para realizar nosso trabalho e contribuir com a formação de pessoas que não sejam apenas aptas para viver na sociedade que já existe, mas para que sejam capazes de refletir cientificamente sobre ela, agindo, transformando-a e ocupando conscientemente seu lugar no mundo.

